



Ata da 17ª (décima sétima) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 19 (dezenove) de Maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezessete) horas do dia 19 (dezenove) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 021/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção do Cargo de Auxiliar de Enfermagem e o reenquadramento funcional dos atuais ocupantes no Município de Altaneira/CE para o cargo de Técnico de Enfermagem e dá outras providências; Item 2: Ofício nº 305/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício nº 061/2025/GP; Item 3: Ofício nº 306/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício nº 066/2025/GP; Item 4: Projeto de Lei nº 014/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que institui a Comenda Teia das Trilhas Ancestrais - Honra à União Quilombola de Bananeira, Samambaia e Cachimbo, de Mérito Legislativo e dá outras providências; Item 5: Projeto de Lei nº 015/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que institui a Semana da Comunidade Quilombola Bananeira, no âmbito do Município de Altaneira-CE e dá outras providências – matéria retirada de pauta a pedido de sua autora – e Item 6: Projeto de Resolução nº 003/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que altera dispositivos da Resolução Nº 004/2024, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Altaneira e adota outras providências. **REGISTROS DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente Professor Deza Soares, após saudações aos presentes e aos ouvintes, homenageou as mães vereadoras e servidoras da Casa ainda pela passagem do Dia das Mães, lembrando a homenagem realizada por ele a elas ao final da última sessão ordinária. Parabenizou, ainda, a Assessora Legislativa Necilyan Martins, pelo seu aniversário, comemorado em 13 (treze) de maio. Destacou, também, outras datas celebrativas que foram homenageadas nas redes sociais da Câmara e no Plenário: os 136 (cento e trinta e seis) anos da Abolição da Escravatura no Brasil, celebrados também no último dia 13 (treze); o Dia Internacional da Família e o Dia do Assistente Social, ambos celebrados no último dia 15 (quinze); o Dia do Gari, celebrado no último dia 16 (dezesseis), o Dia Internacional da Luta Contra a Homofobia, celebrado no último dia 17 (dezessete) e o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado no último dia 18 (dezoito). Finalizou agradecendo à Secretaria de Saúde pela pronta ação em atender sua solicitação, realizada na última sessão, com a aplicação do carro fumacê no combate ao mosquito Aedes aegypti. **TEMA LIVRE:** A Vereadora Professora Ana Maria relatou ter recebido diversas reclamações de mães alegando que suas crianças não estariam recebendo merenda ao chegar na escola. Diante disso, afirmou que o fato prejudica especialmente aquelas crianças que saem de casa sem alimentação devido à rotina familiar ou à dificuldade financeira, trazendo a público que a merenda estaria sendo servida apenas às 9 (nove), o que obriga as crianças a esperar com fome. Mencionou ainda reclamações quanto à qualidade da merenda. A Vereadora destacou também que, anteriormente, as crianças que saíam da escola por volta das 11 (onze) horas recebiam alimentação antes de ir para casa, o que atualmente não estaria ocorrendo. Nessa linha, informou que procurou o Secretário de Educação, que se comprometeu a averiguar e resolver a situação. Solicitou, assim, informações sobre se o problema



de fato já foi solucionado, mencionando que uma mãe a teria informado que o almoço foi servido normalmente hoje. Em outra pauta, abordou o atraso de 16 (dezesesseis) dias no pagamento dos monitores escolares, dos quais apenas uma parte recebeu seus salários. Considerou a situação injusta, especialmente porque são trabalhadores com baixa remuneração, ressaltando, no ensejo, que o valor pago atualmente aos monitores, R\$ 500,00 (quinhentos reais), é insuficiente para sustentar uma família, sobretudo diante da falta de direito ao almoço e merenda nas escolas, mesmo cumprindo jornadas longas, inclusive em turnos alternados e mesmo que todas as crianças já tenham sido servidas. Assim sendo, anunciou que pretende apresentar, na próxima sessão, um requerimento ou projeto de indicação para propor a melhoria salarial desses profissionais, afirmando que é preciso priorizar a situação dos mais carentes e valorizar aqueles que atuam diretamente com as crianças. Por fim, reforçou seu compromisso com a população, afirmando que atua como porta-voz do povo e que todas as demandas apresentadas vieram de moradores preocupados com essas questões. Em aparte, o Vereador Paulo Robson esclareceu que, quanto ao almoço das crianças que saem ao meio-dia, a própria Vereadora já havia informado que, após sua reclamação, o problema foi solucionado e, no dia de hoje, o almoço foi devidamente servido. Sobre a diferença nos vencimentos dos monitores, explicou que, na gestão anterior, houve um ajuste interno realizado de forma indevida, em que alguns monitores exerciam carga horária superior e, por isso, recebiam valores maiores e afirmou que a gestão atual busca seguir rigorosamente as normas estabelecidas no processo seletivo. Em relação à alimentação dos monitores e demais funcionários das escolas, declarou não ver justificativa para que, havendo sobra de alimentos, seja impedido o seu consumo. Ressaltou que, do seu ponto de vista, após todos os alunos serem devidamente servidos, não há problema em oferecer a refeição aos servidores da unidade. De volta com a fala, a Vereadora Professora Ana Maria agradeceu a contribuição do Vereador Paulo Robson e reiterou que as cobranças são obrigação dos Vereadores, haja vista que, de acordo com ela, como já afirmado anteriormente, os Vereadores devem agir como porta-voz da população. Após, o Presidente Professor Deza Soares reforçou a colocação da colega Vereadora quanto a questão da remuneração dos monitores, pois alegou que também recebeu reclamações quanto a isso, inclusive, de pessoas alegando estar trabalhando com carga horária de mais de seis horas diárias, mas recebendo uma remuneração incompatível com essa jornada. Nessa linha, reiterou a necessidade de a situação ser resolvida. Em seguida, o Vereador Zé de Zuza registrou sua participação na festa do Dia das Mães da Associação da Taboquinha, destacando a organização do presidente Tião. Parabenizou o evento, elogiando a valorização das mães da comunidade. O Parlamentar também mencionou que, embora não tenha participado presencialmente do III Encontro do Fórum Cultural do Cariri, realizado no município altaneirense, acompanhou o evento pelas redes sociais. Destacou a importância da participação da Prefeita Késia e do Secretário Clécio, ressaltando que iniciativas como essa valorizam a cultura, o turismo e fortalecem a identidade regional de Altaneira, contribuindo para o reconhecimento do município em âmbito estadual e nacional. Para mais, registrou o retorno das festividades voltadas à terceira idade, que haviam sido interrompidas por um período e enalteceu a importância desses encontros para os idosos, expressando o desejo de participar das futuras edições. Sequentemente, o Vereador Paulo Robson manifestou apoio às considerações do Vereador Zé de Zuza, destacando sua participação, ainda que parcial, nos eventos mencionados: o III Encontro do Fórum Cultural do Cariri e a retomada das atividades com o público da terceira idade, promovidas pela Secretaria de Assistência Social. Enalteceu o intercâmbio cultural promovido pelo Fórum, que tem ocorrido mensalmente nos municípios da região, destacando a relevância do evento sediado em Altaneira nesse mês de maio, com a presença de representantes culturais de diversas cidades. Quanto a retomada das atividades voltadas à terceira idade, relatou que presenciou a alegria e satisfação dos participantes, parabenizando a Secretaria de Assistência Social pela iniciativa. Registrou ainda o início da Copa Santo Antônio, na Serra do Valério, desejando sucesso às equipes participantes. Em seguida, trouxe ao Plenário informações sobre a recente decisão judicial referente à Ação de Investigação Judicial



Eleitoral (AIJE) movida contra a Prefeita Késia Alcântara e seu vice, Jackson. Relatou que ação apontava suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2024 (dois mil e vinte e quatro) e esclareceu que, segundo a sentença proferida, as três acusações foram julgadas improcedentes por falta de provas suficientes. Destacou o trabalho da equipe jurídica da Prefeita, coordenada pelo advogado Raimundo Soares Filho, pela apresentação de provas e argumentos que levaram ao arquivamento da ação. Nessa linha, condenou a propagação de boatos e notícias falsas sobre o caso, especialmente em redes sociais, afirmando que tais práticas apenas alimentam a desinformação e confundem a população. Ressaltou que a justiça foi feita de forma clara e fundamentada, e que a Prefeita permanece legitimamente em seu cargo. Por fim, o Vereador parabenizou os moradores e frequentadores da “calçada da fama” da residência de dona Geuza, pela comemoração dos 5 (cinco) anos de existência e relatou uma demanda recebida de moradora da região próxima ao Conjunto Santa Teresa, alertando para queimadas irregulares em terrenos baldios. A Vereadora Tia Janne felicitou a Assessora Necilyan Martins pela passagem do seu aniversário e, na sequência, registrou participação em audiência com o Conselho Tutelar do município, relatando que na ocasião foram apresentadas e discutidas diversas demandas da instituição. Assim, salientou o compromisso coletivo em contribuir com a inclusão das necessidades do Conselho na Lei Orçamentária do Município. Ainda nessa pauta, manifestou satisfação ao observar as melhorias estruturais no espaço do Conselho Tutelar, como ambiente climatizado, veículo com motorista à disposição e melhores condições de trabalho para os conselheiros, contrastando com a realidade de gestões anteriores, que, segundo ela, demonstravam descaso com a categoria. Apelou aos demais parlamentares para que permaneçam unidos na busca por avanços no atendimento e estrutura dos serviços de proteção à infância e juventude. Em outra pauta, comunicou um incidente ocorrido na Escola Joaquim de Moraes, onde um aluno sofreu um choque elétrico. Ressaltou que o estudante recebeu atendimento imediato, com toda a assistência necessária, e encontra-se fora de perigo. A posteriori, o Vereador Júnior do Povo também parabenizou a Assessora Necilyan Martins pela passagem de seu aniversário. Em seguida, registrou o Dia Internacional da Luta Contra a Homofobia, celebrado em 17 (dezessete) de maio, destacando a luta da população LGBTQIA+ por respeito e igualdade, especialmente no acesso a espaços políticos, ao mercado de trabalho e à convivência social e declarou que seu mandato está à disposição desse público. O parlamentar também fez menção a falas recentes do Papa sobre o tema, reconhecendo a importância de lideranças religiosas promoverem o amor ao próximo. Na sequência, criticou ações da atual gestão municipal, destacando a prática de desvios de função em várias secretarias, especialmente na pasta da Educação. Citou casos de professores ampliados sem critérios legais, anunciando que na ordem do dia seria deliberado requerimento de sua autoria com esse objeto. Questionou, em especial, a ampliação da carga horária de um servidor concursado como pedagogo, designado para função de psicopedagogo, solicitando esclarecimentos sobre o processo. Comentou ainda o recente incidente ocorrido na Escola Joaquim de Moraes, onde uma criança sofreu um choque elétrico. Agradeceu pelo atendimento rápido prestado e pelo fato de a criança estar fora de perigo, mas ressaltou a necessidade de ações preventivas. Desse modo, solicitou à Secretaria de Educação a manutenção regular das instalações elétricas nas escolas, bem como a presença de funcionários nos corredores para garantir a segurança dos alunos. Também pediu informações sobre o funcionamento do sistema de câmeras nas unidades escolares. Fazendo outras solicitações, apelou à Secretaria Municipal de Saúde e à Prefeita para que ofereçam transporte adequado às crianças atípicas do município, considerando os longos deslocamentos para atendimento na Policlínica. Reforçou a necessidade de sensibilidade e respeito aos direitos dessas crianças e de suas famílias. Encerrando sua fala, solicitou à Secretaria de Infraestrutura esclarecimentos sobre a frequência da coleta de lixo na comunidade da Samambaia, que, segundo moradores, estaria ocorrendo apenas uma vez por semana. O Vereador Professor Nonato iniciou sua fala manifestando apoio ao pronunciamento do Vereador Júnior do Povo, destacando sua preocupação com o incidente ocorrido na Escola Joaquim de Moraes, onde uma



criança de oito anos sofreu uma descarga elétrica. Informou que foi procurado pela mãe do aluno, que relatou o caso e enviou fotos da criança hospitalizada e submetida a exames de eletrocardiograma, reforçando a gravidade do ocorrido. Criticou a tentativa de minimizar o fato por parte da gestão escolar, que classificou o episódio como um “simples incidente”, e questionou a postura do Secretário de Educação, alegando tentativa de ocultar o problema. O Vereador afirmou que o bebedouro envolvido na situação claramente apresentava risco e cobrou providências imediatas. Requereu verbalmente que a Secretaria de Educação providencie manutenção nas instalações elétricas das escolas, destacando que é inaceitável aguardar uma tragédia para agir. Ainda em sua fala, relatou que também recebeu reclamações sobre a merenda escolar e a estrutura das escolas, ressaltando que não havia exposto o tema anteriormente por compreender o momento de início das aulas. No entanto, diante da postura do Secretário – que estava se manifestando no auditório da Casa –, decidiu registrar as denúncias publicamente e enfatizou a responsabilidade dos Vereadores em fiscalizar e cobrar soluções da gestão. Ademais, dirigiu-se ao Secretário de Governo, Ariovaldo Soares, reiterando a disposição dos vereadores para dialogar com a administração municipal na busca de soluções para pendências salariais do mês de dezembro. Ressaltou que o não pagamento desses salários tem gerado indignação na população, que não compreende a priorização de outras despesas como: criação de novas secretarias e criação de novos cargos, inclusive, em todos os casos, com apreciação em regime de urgência, enquanto servidores seguem sem receber. Aparte, o Vereador Zé de Zuza também manifestou preocupação com o incidente ocorrido na Escola Joaquim de Moraes, ressaltando que compreende a angústia da mãe da criança, bem como a posição do colega vereador. Contudo, destacou que, por atuar na área de energia, entende que falhas elétricas podem ocorrer em qualquer equipamento, como geladeiras ou bebedouros, independentemente de má utilização. Esclareceu que não responsabiliza o Secretário de Educação ou a diretoria da escola pelo ocorrido, considerando tratar-se de uma falha técnica no equipamento. No entanto, defendeu que, diante do ocorrido, seja realizada uma vistoria em todos os bebedouros das escolas do município, como medida preventiva, a fim de evitar novos acidentes. De volta com a fala, o Vereador Professor Nonato reiterou que sua fala não teve a intenção de responsabilizar diretamente nenhum agente público, mas sim de exigir providências e reparos diante de um problema real. Enfatizou que jamais colocaria em dúvida o relato de uma mãe sobre a situação vivida por seu filho e reforçou que o mais importante, neste momento, é reconhecer a falha e agir para evitar tragédias futuras. Em outro aparte, o Vereador Júnior do Povo reforçou a importância do tema, elogiando a iniciativa do Vereador Professor Nonato em trazer a questão à tona. Afirmou que é dever do Legislativo se unir e cobrar providências imediatas quanto à manutenção dos equipamentos escolares, enfatizando que a situação envolve crianças – e que uma descarga elétrica, mesmo de menor intensidade, pode representar risco grave à saúde infantil. O Vereador Valmir Brasil também fez uso do seu tempo regimental e felicitou a Assessora Necilyan Martins pelo seu aniversário. Depois, tratou sobre o incidente ocorrido com uma criança na Escola Joaquim de Moraes, que sofreu uma descarga elétrica. Informou que a criança é filha de seu sobrinho e que conversou com o pai do menino assim que soube da notícia. Segundo ele, o pai relatou que a situação não foi tão grave quanto se comentou nas redes sociais. Ressaltou que não deseja diminuir a preocupação da mãe, mas acredita que a divulgação feita nas redes sociais foi exagerada. Destacou que a escola prestou os atendimentos necessários e que a criança, após avaliação médica, já se encontra bem e brincando normalmente. Destacou ainda que, do seu ponto de vista, é importante tratar do assunto com responsabilidade, mas sem causar alarde desnecessário. Ressaltou também que o problema técnico já foi identificado e que medidas estão sendo tomadas para resolver a situação. Em aparte, o Vereador Paulo Robson expressou solidariedade à criança e à sua família pelo ocorrido. Afirmou que a Câmara deve acolher os envolvidos, mas alertou para o uso político de situações delicadas como essa. Informou que o problema não está restrito ao bebedouro, mas envolve uma falha estrutural mais ampla, destacando que a escola, embora recentemente reformada (praticamente



reconstruída) com recursos oriundos de precatórios do magistério, apresenta ausência de aterramento elétrico nas tomadas — fator técnico confirmado em laudo da empresa JR Refrigeração, de Farias Brito. Segundo esse laudo, o bebedouro industrial apresentou fuga de corrente devido à falta de aterramento, o que gerou pequenas descargas elétricas. O Vereador elogiou a atuação do diretor da escola e do secretário de Educação, que tomaram as providências necessárias e buscaram apoio técnico para resolver o problema. Reforçou que é importante corrigir a falha e garantir a segurança das crianças, mas sem transformar o caso em disputa política. De volta com a palavra, o Vereador Valmir Brasil reforçou que se preocupa com a segurança das crianças, como pai e representante do povo. Reiterou que não está negando o ocorrido, mas que a situação foi resolvida sem maiores consequências e que exageros nas redes sociais só prejudicam a imagem da cidade. Concluiu agradecendo à Secretaria de Infraestrutura pelos reparos realizados na iluminação pública e se colocou à disposição para ajudar no que for necessário. Em outro aparte, o Vereador Júnior do Povo afirmou que sua preocupação é com a criança, a família e os demais alunos, e não com questões políticas. Afirmou que a responsabilidade é da atual gestão e que sua fala teve como objetivo evitar novos incidentes. Reforçou que ele e o Vereador Professor Nonato foram procurados pela família e confirmaram que o atendimento foi prestado. Finalizou reforçando que suas cobranças são feitas para ajudar a gestão e atender pedidos da população. O Vereador Paulo Geaneo parabenizou a Assessora Necilyan Martins pelo aniversário e também os garis pelo seu dia, celebrado no último dia 16 (dezesesseis). Sobre o incidente na escola Joaquim de Moraes, disse estar aliviado por a criança estar bem e cobrou que o problema de aterramento seja resolvido imediatamente, pois outros aparelhos também oferecem risco. Sugeriu a troca do bebedouro com um motor novo para evitar tragédias. Comentou ainda sobre uma árvore prestes a cair na escola Santa Tereza e informou que já alertou o Secretário de Infraestrutura sobre a situação, pedindo providências em parceria com o colégio. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo sugeriu que o diretor da escola, junto ao Secretário de Infraestrutura, envie um ofício à Secretaria de Meio Ambiente solicitando vistoria da árvore que oferece risco na escola. Destacou que não se pode cortar a árvore sem autorização, pois pode ser protegida. De volta com a fala, o Vereador Paulo Geaneo reforçou a importância de a situação dessa árvore ser resolvida o quanto antes, para que a mesma não venha acarretar problemas posteriores. Também registrou que a obrigação é da escola solucionar o problema, porém, o município pode ajudar nessa questão e que já tratou sobre o tema com o Vereador Paulo Robson, que também leciona na instituição onde a árvore está localizada. Em outro aparte, Vereador Professor Nonato retomou ao assunto da criança que sofreu a descarga elétrica e esclareceu que sua fala não foi para culpar ninguém pelo acidente, mas sim para pedir providências. Ressaltou que o objetivo é prevenir que algo pior aconteça no futuro e que é papel dos vereadores levar as demandas da população e que, quando uma mãe lhe relata um problema e envia fotos da criança hospitalizada, ele não pode ignorar nem duvidar. Finalizou pedindo que o caso seja visto como um alerta para evitar novos incidentes. O Vereador Professor Deza Soares, em seu tempo regimental, informou que já vem tentando resolver, há cerca de dois meses, o problema da árvore com risco de queda na escola Santa Teresa. Relatou que, após a queda de um galho, ele verificou a situação, constatando a presença de cupins e pediu providências à Secretaria de Meio Ambiente. Também informou já ter contatado o Secretário pessoalmente e reforçou o pedido ao Secretário de Governo, que informou que uma vistoria será feita no local no dia seguinte. Destacou que a prioridade é evitar acidentes, tanto com a rede elétrica quanto com os moradores vizinhos. Aproveitou para apoiar a fala do Vereador Júnior do Povo sobre o atendimento a crianças atípicas, reforçando que essas crianças precisam de atenção especial devido à toda dificuldade que essas famílias já enfrentam. No final, leu um convite da Assembleia Legislativa para uma audiência pública sobre o cooperativismo no Estado do Ceará, a ser realizada em Juazeiro do Norte, no próximo dia 23 (vinte e três), e confirmou que irá participar. Comentou também sobre a prestação de contas de sua gestão como Presidente da Câmara, explicando que gastou apenas R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois) até o momento, pois só fez autorização de



pagamento em parte do mês de janeiro e está organizando um planejamento para compras de equipamentos, mobília, som, porta automática, energia solar e aquisição de um novo carro oficial, etc. Ele informou que irá apresentar a prestação de contas de forma organizada em momento futuro, alinhando isso com o Vereador Valmir Brasil, responsável pela gestão dos meses anteriores. Aparte, o Vereador Zé de Zuza, novamente expressou preocupação com a segurança das crianças na escola Joaquim de Moraes e nessa linha, solicitou o atendimento do requerimento nº 021/2025, de sua autoria, que trata da abertura de janelas e portões de emergência na creche, ressaltando que não se deve esperar que algo grave aconteça para tomar providências. Afirmou que, ao menos, os portões de emergência já deveriam ter sido abertos, pois não exigem grande custo. Ele também alertou para os riscos de incêndio no período de calor, considerando a presença de materiais inflamáveis no local, e reforçou o pedido de resposta sobre o requerimento. Solicitando uma questão de ordem para retificar sua fala, o Vereador Júnior do Povo retificou sua fala anterior, esclarecendo que a ampliação do servidor Francisco Renato foi para a área da educação infantil e ensino fundamental, conforme sua formação em pedagogia, e não para a função atual de psicopedagogo. Usando o seu tempo de liderança do governo na Casa, o Vereador Paulo Robson esclareceu alguns pontos levantados pelos colegas parlamentares. Em resposta à Vereadora Professora Ana Maria, informou que, conforme orientação do Secretário de Educação, as servidoras das creches devem oferecer leite e, quando possível, biscoito às crianças ao chegarem, considerando a facilidade de preparo e o fato de já serem servidas três refeições diárias. Quanto à questão de desvio de função, afirmou que, caso seja constatada ilegalidade, o caminho adequado é a denúncia ao Ministério Público, reforçando que as nomeações do atual governo seguem as leis aprovadas em legislaturas anteriores. O Vereador também comunicou a solicitação de duas audiências públicas pelo Executivo: pela Secretaria de Governo - Dia 30 (trinta) de maio, às 9 (nove) horas, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais e dívida interna, apresentação do projeto da LDO 2026 (dois mil e vinte e seis), em trâmite na Comissão Permanente e exposição dos 120 (cento e vinte) dias da nova administração municipal e, pela Secretaria de Comunicação Social - Dia 7 (sete) de junho, às 9 (nove) horas, para tratar sobre a reunião promovida pela Secretaria de Assistência Social com membros da diretoria executiva da ABA, a respeito da situação da Rádio Altaneira FM e sua mantenedora, bem como buscar alternativas para restauração da mencionada Rádio. Informou que ficam assim convocadas as ambas audiências, solicitando ao Presidente da Casa a disponibilização da equipe de assessoria da Casa para auxílio nos trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Projeto de Resolução nº 002/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que altera dispositivos da Resolução nº 004/2024 que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Altaneira e adota outras providências. Após a leitura da matéria, o Presidente informou que a matéria foi avocada pela Presidência em cumprimento ao Regimento Interno da Casa, tendo em vista que não houve parecer da Comissão Permanente. Seguido o anúncio, o Vereador Professor Nonato, arguindo que precisa fazer melhor análise da matéria, fez pedido de vista à mesma. Pedido de vista concedido pela Mesa Diretora. Item 2: Parecer nº 025/2025, de autoria da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 005/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que proíbe a emissão de ruídos sonoros excessivos em veículos automotivos no âmbito do município de Altaneira-CE e dá outras providências. Após a leitura do Parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo destacou a relevância da matéria e manifestou expectativa de que tanto a Secretaria de Meio Ambiente quanto a Polícia Militar do município adotem postura firme quanto à fiscalização, alertando que a mera aprovação da lei, sem seu efetivo cumprimento, não surtirá os efeitos desejados. Também destacou que a aplicação rigorosa da lei poderá impactar negativamente eventos políticos futuros, como motocicletas, carreatas e passeatas, que costumam utilizar veículos com escapamentos modificados. Ressaltou, portanto, a necessidade de se considerar como tais atividades serão conduzidas diante da nova legislação. Na sequência, o autor do projeto, Vereador Paulo Robson, esclareceu que a iniciativa surgiu a partir de diálogo com o atual comandante da Polícia Militar, diante da preocupação com a ordem pública e o



incômodo provocado por escapamentos adulterados. Ressaltou que o projeto busca proteger os mais afetados pelo barulho excessivo, como crianças atípicas e animais, e contribuir com as ações da Secretaria de Meio Ambiente. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer nº 026/2025, de autoria da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 006/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que dispõe sobre a denominação do prédio público do Mercado Público Municipal de Altaneira. Após a leitura do Parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo parabenizou a Vereadora Tia Janne pela iniciativa e informou que, embora não tenha conhecido pessoalmente o homenageado, mantém convivência com seus familiares. Ressaltou, ainda, que, em sua opinião, as homenagens deveriam ocorrer em vida. Contudo, reconheceu que, conforme a Constituição Federal, tal modalidade de homenagem não é permitida. Fazendo a defesa de sua proposição, a Vereadora Tia Janne tratou sobre a importância da revitalização do mercado público. Quanto a homenagem, externou que o Senhor Fortunato foi um dos primeiros comerciantes do município altaneirese, tendo tido também grande participação na política, sempre colaborando com os movimentos políticos, “sempre procurando servir e respeitar essa terra”. Também registrou as colaborações religiosas do homenageado, bem como o legado deixado pelo mesmo. Na discussão da matéria, o Vereador Professor Nonato destacou a importância de se homenagear grandes personalidades em vida. Contudo, reconheceu que, por força legal, a presente homenagem ocorre postumamente, o que, ainda assim, evidencia a relevância do homenageado para a comunidade local. Informou não se recordar com clareza do Senhor Fortunato, tendo contatado seu amigo Delvado para tratar sobre o homenageado. Nessa linha, reiterou que o Senhor Fortunato foi uma pessoa respeitada na cidade, pertencente a uma família composta por homens e mulheres de destaque. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 4: Parecer nº 027/2025, de autoria da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 007/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que dispõe sobre a nomeação de prédio público com homenagem ao Sr. Francisco Ananias Barbosa. Após a leitura do Parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo parabenizou a iniciativa do Vereador Professor Nonato, ressaltando a relevância e a contribuição do homenageado para a sociedade altaneirese. Defendendo a sua matéria, o Vereador Professor Nonato expressou sua honra e satisfação em apresentar a proposição, destacando que o posto de saúde da localidade de Taboquinha — prédio que, caso aprovada a matéria, passará a ser denominado em homenagem ao Sr. Francisco Ananias Barbosa — está com sua reforma em fase de conclusão, fruto de requerimento de sua autoria. Recordou os anos de amizade com o homenageado, ressaltando os relevantes serviços prestados pelo mesmo ao município, especialmente no âmbito político, pautado por uma atuação voltada para toda a comunidade. Enfatizou que não se trata de um projeto com cunho político, mas sim de uma justa e merecida homenagem. Na discussão da matéria, o Vereador Zé de Zuza parabenizou o autor da proposição pela iniciativa, registrando que visitou recentemente a obra do prédio do posto de saúde da Taboquinha. Declarou conhecer o Sr. Pixico — como era popularmente conhecido o homenageado — desde a infância, destacando que ele e sua família sempre se destacaram pelo auxílio prestado à população, tanto no âmbito pessoal quanto político, razão pela qual considerou a homenagem justa e merecida, solicitando o voto favorável dos demais parlamentares. O Vereador Paulo Geaneo também parabenizou o autor, ressaltando que o Sr. Pixico foi um cidadão exemplar, tendo exercido funções como político, agricultor e pecuarista no município de Altaneira. O Vereador Valmir Brasil reafirmou que o Sr. Pixico foi um dos que mais contribuíram para o desenvolvimento do município. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Encerrada a votação das matérias, o Presidente parabenizou os autores, Vereadora Tia Janne e Vereador Professor Nonato, pelas homenagens aprovadas, reiterando o relevante legado deixado pelos homenageados, que muito contribuíram para a cidade



de Altaneira. Item 5: Parecer nº 028/2025, de autoria da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 009/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, que institui o Projeto "Adote uma Lixeira" no âmbito do Município de Altaneira-CE e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade pelo Relator Paulo Geaneo, o autor da matéria, Vereador Júnior do Povo, agradeceu ao relator pela análise favorável e destacou a ausência de lixeiras adequadas nas repartições públicas e praças do município. Ressaltou que, diante da escassez de recursos públicos, a administração municipal, por vezes, recorre à parceria com empresas privadas para suprir essa demanda. Nesse contexto, afirmou que a iniciativa visa beneficiar tanto a cidade quanto as empresas envolvidas, que têm a oportunidade de divulgar suas marcas. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 6: Parecer nº 029/2025, de autoria da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 018/2025, de autoria do Poder Executivo, que institui no município de Altaneira - CE a metodologia de cofinanciamento federal do piso de atenção primária à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a realizar a normatização da utilização dos recursos financeiros referente ao componente de qualidade para as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Equipe de Atenção Primária (EAP) e Equipes Multiprofissionais (EMULTI), nos termos da portaria gm/ms nº 3.493, de 10 de abril de 2024, do ministério da saúde e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o relator Júnior do Povo parabenizou os profissionais que serão contemplados com a propositura, ressaltando a importância do reconhecimento ao trabalho prestado por esses servidores à saúde pública. Destacou ainda o mérito da gestão municipal pelo envio da matéria à Casa Legislativa, considerando que a iniciativa, além de valorizar os servidores, contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade da assistência prestada aos pacientes que necessitam dos serviços ofertados pelo sistema público de saúde. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 7: Solicitação de Urgência, de autoria do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 021/2025, que dispõe sobre a extinção do Cargo de Auxiliar de Enfermagem e o reenquadramento funcional dos atuais ocupantes no Município de Altaneira/CE para o cargo de Técnico de Enfermagem e dá outras providências. Já tendo sido lida no expediente de sessão, o Presidente colocou a matéria em discussão e, não havendo, a colocou em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 8: Ofício nº 111/2025, de autoria do Poder Executivo, encaminhando a Mensagem de Veto nº 026/2025, referente ao Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da listagem de medicamentos disponíveis e em falta destinados exclusivamente à distribuição na farmácia básica do município e outras unidades de saúde de Altaneira CE dá outras providências. Conforme solicitado pelo Presidente da Comissão Permanente, Vereador Paulo Robson, com fundação no art. 300 do Regimento Interno da Casa, a matéria foi encaminhada pela Presidência da Casa à Comissão Permanente. Na sequência, foi realizada a leitura em bloco dos itens: Item 9: Requerimento nº 051/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a retomada da obra da quadra da Escola Joaquim Soares; Item 10: Requerimento nº 052/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a designação de um funcionário para cuidar da limpeza dos calçamentos dos sítios, principalmente nas localidades Serra do Valério, Taboquinha e Vale do São Romão e Item 11: Requerimento nº 053/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a manutenção do curral e o conserto da balança de pesar gado. Finalizadas as leituras, o autor das mesmas, Vereador Professor Nonato, externou que a solicitação de designação de um funcionário para limpeza dos calçamentos dos sítios surgiu a partir de uma visita que realizou no sábado que antecedeu ao sábado de limpeza da Serra do Valério. Relembrou sua visita à Serra, onde, no dia seguinte, um cidadão registrou em vídeos a situação do local e a gestão compareceu para realizar a limpeza. Diante disso, afirmou que surgiu a ideia de resgatar o funcionário que já existia nas localidades do Sítio São Romão e Serra do Valério. Informou ainda



que houve um erro de digitação de sua parte e, por isso, solicitou de forma verbal que fossem incluídas as localidades do Taboleiro, Samambaia e Córrego. Quanto a solicitação de manutenção do curral e o conserto da balança de pesar gado, relatou que foi registrada a grande dificuldade enfrentada no município de Altaneira em relação à pesagem de animais vivos, em razão dos constantes problemas apresentados pela balança do matadouro público. Informou que essa situação tem gerado transtornos aos cidadãos que criam e comercializam animais. Ressaltou, assim, a necessidade de ações que venham a beneficiar e dar suporte aos agropecuaristas locais. Ao tratar da quadra da escola mencionada, relatou que, ao passar pelo local, constatou a necessidade de conclusão da obra, considerando que, em se tratando de obras públicas, quanto mais tempo permanecem paralisadas, maior é o custo final para o erário. Ressaltou também que a conclusão trará benefícios diretos tanto para os alunos quanto para a comunidade envolvida. Encerrada a defesa, as matérias foram postas em discussão e, não havendo, foram postas em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Item 12: Requerimento nº 055/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando o encaminhamento dos contratos de todos os médicos que estão atendendo no Município, bem como seus respectivos CRM's. Após a leitura da matéria, a autora da mesma informou que a iniciativa partiu de uma denúncia sobre a suposta atuação de médicos sem registro no CRM. Diante disso, destacou a necessidade de esclarecimentos, a fim de tranquilizar a população. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Item 13: Requerimento nº 056/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando um ponto de apoio à saúde no sítio Córrego. Após a leitura da matéria, a autora da mesma externou que o requerimento atende a uma demanda da comunidade do sítio Córrego. Relatou que, segundo moradores do Córrego, o atendimento médico ocorre no Taboleiro, onde o médico realiza visitas uma ou duas vezes por semana para atender tanto aquela localidade quanto o Córrego. No entanto, devido à grande demanda, muitas vezes os profissionais não conseguem atender a todos os pacientes. Esclareceu ainda que a propositura visa a implantação de um ponto de apoio à saúde no sítio Córrego, que não necessariamente precisa ser um posto de saúde, podendo ser uma casa alugada ou um local adequado para o atendimento médico no próprio sítio. Destacou que a região conta com muitas pessoas idosas, mulheres grávidas, crianças de colo e moradores sem transporte para deslocamento, o que justifica a necessidade desse ponto de atendimento. Na discussão da matéria, o Vereador Professor Nonato destacou que a comunidade referida na matéria se sente pertencente ao município de Altaneira, ressaltando que "nós pecamos ao não acompanhar os censos, permitindo que aquela comunidade deixasse de ser reconhecida como parte do nosso território". Informou que os moradores do Córrego possuem filhos matriculados em escolas de Altaneira, são usuários do SUS no município e se identificam como altaneirenses, não como pertencentes a Assaré. Relembrou ainda que, em período eleitoral, a comunidade é tratada como parte de Altaneira, mas que, após as eleições, não deve ser esquecida, devendo-se cumprir as promessas feitas durante as campanhas. Diante disso, requereu verbalmente e informou que protocolará requerimento formal solicitando que os 9 (nove) vereadores se unam à Prefeita Ana Késia na busca pela reintegração da comunidade do Córrego ao município de Altaneira e acrescentou que o local já recebe investimentos públicos do município altaneirense. O Vereador Zé de Zuza parabenizou a iniciativa. O Vereador Júnior também manifestou apoio à proposta, destacando que quem será beneficiada é a população da comunidade do Córrego, que atualmente enfrenta dificuldades, uma vez que os atendimentos de saúde são realizados no Taboleiro. A Vereadora Tia Janne ressaltou que, em sua visão, a saúde pública exige organização e planejamento. Afirmou que não se trata apenas de disponibilizar um médico e um local para atendimento, como uma casa alugada, sem considerar toda a estrutura necessária. Enfatizou que, além do profissional médico, é preciso haver uma equipe de apoio para realizar a triagem e garantir um atendimento eficaz. Reconheceu a boa intenção da proposta, parabenizando a autora, mas destacou a importância



de se analisar todos os aspectos envolvidos na prestação de serviços de saúde de forma responsável e estruturada. A Vereadora Professora Ana Maria esclareceu que, em nenhum momento, afirmou que o atendimento médico à população do sítio Córrego seria feito de forma inadequada. Explicou que o objetivo do requerimento é propor um ponto de apoio à saúde na referida localidade, sem necessariamente configurar-se como uma Unidade de Saúde da Família (USF), considerando que este modelo exige trâmites burocráticos mais complexos. Pontuou que o local para atendimento pode ser adaptado, desde que apropriado, citando como exemplos uma residência alugada, a sede de uma associação ou outro espaço devidamente organizado. Reiterou que o atendimento não ocorreria “de qualquer jeito”, e que o profissional médico jamais atuaria de forma isolada, sendo acompanhado por sua equipe, conforme determina o protocolo de atendimentos. O Vereador Paulo Robson reconheceu como legítimo o anseio da Vereadora Professora Ana Maria quanto à ampliação do atendimento médico à comunidade do sítio Córrego e ressaltou que, caso o Governo Municipal tivesse condições de estabelecer pontos de apoio à saúde em comunidades mais afastadas, como o Córrego, a Poça e o bairro Zé Rafael – que não dispõem de Unidades de Saúde da Família (USF) próprias – tal iniciativa seria grandiosa e muito benéfica à população. Afirmou concordar com a fala do Vereador Professor Nonato, ao conclamar os parlamentares a se unirem à Prefeita Ana Késia em prol da reintegração territorial da comunidade do Córrego ao município de Altaneira, destacando que, independentemente da atual delimitação territorial, os moradores da localidade são eleitores e utilizam os serviços públicos de Altaneira, o que justifica a preocupação da Casa Legislativa com as demandas da referida comunidade. Reforçou que o requerimento em discussão não possui caráter impositivo, mas sim de solicitação, para que o Governo Municipal realize um estudo técnico avaliando a viabilidade da criação do ponto de apoio. Ponderou ainda que, embora a comunidade do Córrego seja tradicionalmente atendida pela unidade do Taboleiro e também possa ser assistida pela equipe de saúde da Taboquinha, compreende que o município enfrenta dificuldades para implantar pontos de apoio em todas as localidades que demandam esse tipo de estrutura. Encerrou reafirmando apoio à proposta, por se tratar de um requerimento que visa avaliar possibilidades. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Após, o Presidente solicitou discussões mais objetivas, dada a extensa pauta ainda a ser deliberada. Nessa linha, acordou com os Vereadores que serão pautadas apenas duas matérias de cada modalidade por Vereador. Item 14: Requerimento nº 058/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando, no prazo legal, informações detalhadas acerca da ampliação de carga horária dos professores da Rede Municipal de Ensino. Encerrada a leitura, o Vereador Júnior do Povo, atendendo a solicitação do Vereador Paulo Robson, solicitou a leitura dos demais requerimentos de sua autoria. Estando a sessão com quase 4 (quatro) horas de duração, com base no art. 172 do Regimento Interno da Casa, o Presidente prorrogou a sessão por mais 4 (quatro) horas. Após, a secretária realizou a leitura dos itens: Item 15: Requerimento nº 059/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando, no prazo legal, o Plano de Reposição de Aulas e Recomposição da Base Curricular — Janeiro a Abril de 2025; Item 16: Requerimento nº 060/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações sobre a alimentação dos sistemas Educacenso e SIGE no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Item 17: Requerimento nº 061/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações detalhadas sobre a frota de veículos do Município de Altaneira, próprios e locados, com a indicação das respectivas secretarias, estado de conservação e situação atual de uso. Encerradas as leituras, o autor das mesmas, Vereador Júnior do Povo, declarou-se satisfeito, considerando que as devidas justificativas já constavam nos respectivos textos e foram devidamente lidas em Plenário. em seguida, as matérias foram colocadas em discussão e, não havendo, foram colocadas em votação em bloco através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Prosseguindo, a secretária realizou a leitura dos itens: Item 18: Requerimento nº 062/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando que sejam disponibilizados



Técnicos de Enfermagens para atender nos PSFs das comunidades da Taboquinha, Taboleiro, Serra do Valério, Samambaia e São Romão; Item 19: Requerimento nº 063/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando a realização e o encaminhamento à essa Casa Legislativa de um laudo técnico sobre a real situação da piscina da Escola 18 de Dezembro e Item 21: Requerimento nº 070/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando que todos os servidores do município que necessitarem ir até uma Agência Bancária, possam apresentar uma declaração para que esse dia de trabalho não seja descontado dos respectivos seus vencimentos. Após a leitura, a autora das proposituras esclareceu que o requerimento solicitando a disponibilização de técnicos de enfermagem para os Postos de Saúde da Família (PSFs) das comunidades da Taboquinha, Taboleiro, Serra do Valério, São Romão e Sombra, surgiu com base na necessidade urgente de profissionais capacitados para garantir o atendimento adequado à população, mencionando que a presença de um técnico de enfermagem apenas uma ou duas vezes por semana é insuficiente para atender às demandas dessas localidades. Reforçou a importância da atuação desses profissionais em situações emergenciais, como primeiros socorros, aferição de pressão arterial, realização de curativos e orientação sobre o uso de medicamentos. Em seguida, sobre o requerimento que solicita a elaboração de laudo técnico sobre as condições da piscina da Escola 18 de Dezembro, explicou que já havia tratado do tema em sessões anteriores e que a demanda chegou por meio de pais, mães e alunos, que questionam a utilização do equipamento. Relatou que, segundo informações do Secretário de Educação, a piscina se encontra em más condições e ainda não há planejamento para seu uso. Diante disso, solicita o laudo para confirmar se o equipamento poderá ser utilizado, e, caso esteja inapto, que a gestão municipal realize os reparos necessários. Reiterou a importância da piscina para a comunidade escolar e destacou que o não aproveitamento do investimento representaria desperdício de recursos públicos e frustração das expectativas das crianças e jovens. Quanto ao requerimento de número 70 (setenta), externou que os atendimentos em agências bancárias são, em sua maioria, burocráticos e demorados, o que torna inviável que o servidor resolva suas pendências no intervalo de expediente. Destacou ainda que muitos problemas bancários exigem a presença pessoal do titular e não podem ser resolvidos por terceiros. A Vereadora também informou que tomou conhecimento da possível saída da agência do Bradesco do município de Altaneira, o que agravaria ainda mais a situação dos servidores, que teriam de se deslocar a outros municípios para resolver questões financeiras. Na discussão das matérias, o Vereador Paulo Robson manifestou-se em nome da bancada de situação, solicitando que o Requerimento nº 070/2025 fosse retirado do bloco de votação para que fosse apreciado separadamente, haja vista não haver consenso entre os parlamentares quanto à sua aprovação. Quanto ao Requerimento nº 062/2025, que trata da disponibilização de técnicos em enfermagem para os PSFs das comunidades, o vereador informou que, conforme diálogo prévio com a Secretária Municipal de Saúde, todos os postos de saúde estão devidamente assistidos por técnicos de enfermagem, após a realização do último processo seletivo temporário. Sendo assim, recomendou o voto favorável ao requerimento, por se tratar de demanda já atendida. Sobre o Requerimento nº 063/2025, que solicita laudo técnico sobre a situação da piscina da Escola 18 de Dezembro, o vereador considerou válida a solicitação, especialmente por se tratar de tema já discutido anteriormente em plenário e alvo de questionamentos por parte da população. Lembrou que requerimentos similares foram aprovados e enviados à Secretaria de Educação, e que o Secretário da pasta deverá apresentar resposta oficial. Destacou que é necessário reforçar a transparência pública e esclarecer os gastos já realizados na obra, os quais ultrapassam R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Por fim, o vereador reiterou a orientação da bancada governista pela rejeição do Requerimento nº 070/2025, argumentando que, apesar da intenção de beneficiar os servidores, a solicitação de abono de ausência para resolução de questões bancárias caracteriza-se como um direito individual que se sobrepõe ao interesse coletivo da prestação contínua do serviço público. Considerou que, caso tal medida fosse proposta por meio de projeto de lei, provavelmente enfrentaria questionamento quanto à sua constitucionalidade. O Vereador



Professor Nonato, da bancada da maioria, declarou apoio ao Requerimento nº 070/2025, ressaltando que, como parlamentar eleito pelo voto popular do município de Altaneira, sente-se no dever de acompanhar a referida proposição. Sugeriu, no entanto, que o requerimento seja transformado em Projeto de Indicação, a fim de respeitar a competência privativa do Poder Executivo quanto à iniciativa de leis que impliquem alteração nas rotinas administrativas e nos direitos dos servidores públicos. Defendeu que, a partir do projeto de indicação, a prefeita municipal poderá, se assim entender pertinente, encaminhar à Câmara um Projeto de Lei que estabeleça critérios para a autorização de ausências justificadas dos servidores, em casos comprovados de necessidade de deslocamento a agências bancárias fora do município — especialmente diante da iminente saída da agência do Bradesco de Altaneira. Não havendo mais discussão sobre as matérias, os Requerimentos nº 062/2025 e nº 063/2025 foram colocados em votação em bloco através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Após, o Requerimento nº 070/2025 também foi colocado em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato e Professora Ana Maria: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: Votos contrários. Havendo empate, o Presidente Professor Deza Soares externou que se a matéria se tratasse de um Projeto de Lei, da forma como está redigida, ele votaria contrariamente, por entender que a matéria precisa de critérios. Porém, por se tratar de um requerimento, este representa um pedido — e não uma obrigação imposta ao Poder Executivo — cabendo, portanto, à gestão municipal avaliar a possibilidade de atendimento, com base em critérios que não tragam prejuízos nem ao servidor nem à continuidade e eficiência do serviço público. Desse modo, declarou voto favorável à matéria. Matéria aprovada pela maioria. Próximo item: Item 20: Requerimento nº 069/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza, solicitando redutores de velocidade (quebra-molas ou lombadas) na CE-388, no trecho iniciando na Avenida Santa Tereza e finalizando nas imediações do Galpão da Senhora Leiudes (localizado no início do declive da ladeira da Taboca). Após a leitura, o autor da matéria externou que a solicitação foi formulada a pedido de pessoas que trafegam no referido trecho, ressaltando ser uma solicitação merecedora, uma vez que já ocorreram acidentes com vítimas fatais naquela área. Destacou que a via é livre, sem sinalização adequada, como placas de limite de velocidade, lombadas eletrônicas ou lombadas tradicionais, o que contribui para a alta velocidade dos veículos. O parlamentar enfatizou que, especialmente a partir das 15 (quinze) ou 16 (dezesesseis) horas, muitas pessoas realizam caminhadas e corridas naquele local, e que o tráfego em alta velocidade coloca em risco a segurança dos pedestres. Aproveitou a oportunidade para antecipar que apresentará um requerimento para a retirada de um poste localizado próximo à quadra de esportes, na saída da cidade, que, segundo ele, representa um risco à segurança dos motoristas. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Próximos itens: Item 22: Requerimento nº 071/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando que seja encaminhado um Projeto de Lei com o intuito de instituir o "Programa IPTU Verde" e Item 23: Requerimento nº 072/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando o atendimento do Requerimento nº 024/2023, de sua autoria, aprovado por unanimidade na 17ª Sessão Ordinária de 2023, realizada no dia trinta e um de maio, que solicitou o seguinte: Seja realizada Limpeza no acesso à Lagoa da Serra do Valério, e seja feito estudo para limpeza da própria Lagoa. Encerrada a leitura, o autor das matérias, Professor Deza Soares, quanto ao requerimento nº 071/2025, externou que sua essência está muito clara, não se tratando da criação ou do encaminhamento de um projeto de lei, mas sim da proposição de um programa denominado "IPTU Verde". Esclareceu que, no requerimento, poderia inclusive estar previsto um projeto de indicação, cujo objetivo é instituir o programa que visa beneficiar o meio ambiente por meio de ações de conservação, tais como o plantio de árvores, inclusive frutíferas, e a preservação ambiental. Ressaltou que, com a implementação do programa, as famílias que adotarem tais ações receberiam descontos no pagamento do IPTU,



configurando uma contribuição significativa ao meio ambiente e um benefício direto para os cidadãos. Quanto ao requerimento nº 072/2025, cobrou a realização das ações previstas no requerimento nº 024/2023, relacionadas à revitalização da Lagoa da Serra do Valério, ressaltando que a lagoa já foi de grande importância para a comunidade local e poderia voltar a exercer papel relevante para o acesso e lazer dos moradores da Serra do Valério. Destacou que, embora tenha havido um sinal de comprometimento da gestão anterior e do secretário de meio ambiente da época, nenhuma ação concreta foi realizada para efetivar a revitalização. Por isso, solicita empenho da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Infraestrutura e da própria Prefeitura para que a solicitação seja atendida. Após a defesa das matérias, as mesmas foram colocadas em discussão e, não havendo foram colocadas em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 19 de maio de 2025.

Zaulo Roberto Brito de Oliveira Soares

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signatures in blue ink]